
TENTATIVA DE CARACTERIZAÇÃO POLEMOLÓGICA
DA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

Raul François R. C. Martins

TENTATIVA DE CARACTERIZAÇÃO POLEMOLÓGICA DA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

1. INTRODUÇÃO

Neste momento, em todo o Mundo, em 13 regiões diferentes, seres humanos matam-se entre si, de forma organizada, intencional, na prática de uma forma de relação social tão antiga como o próprio homem: a guerra. No Sueste Asiático, soldados indonésios patrulham montanhas de Timor onde mauberes ilusivos ainda resistem, e soldados vietnamitas e cambojanos combatem guerrilheiros de diferentes orientações políticas nas selvas do Kampuchea. Nas montanhas do Indo-Kush, soldados russos e afegãos, ao fim de seis anos, não conseguiram ainda destruir a feroz resistência de grupos dispersos de guerrilheiros, enquanto mais ao Sul, no Chat-el-Arab, Irão e Iraque arrastam uma guerra clássica espasmódica, o Líbano sobrevive ensanguentado a uma cruel e interminável guerra civil, e mais a sul ainda, no corno de África, os guerrilheiros eritreus mantêm contra os soldados etíopes uma guerra que dura há vinte e cinco anos. No Sul do Continente Africano, Moçambique, Namíbia e Angola são o palco de guerras civis de baixa intensidade, porém pertinazes e sangrentas, onde soldados do Zimbábwe, de Moçambique, da África do Sul, de Angola, e de Cuba, estão envolvidos. No Magreb, os soldados marroquinos não conseguem dominar a resistência polissário, e na Europa, os rebeldes do Ulster obrigam as forças armadas britânicas a um esforço militar que dura há dezassete anos. Na América Central, enfim, as armas fazem ouvir a sua voz em El Salvador e na Nicarágua. Ou seja, 13 guerras, que envolvem forças de 18 Estados, e de cerca⁽¹⁾ de 19 agrupamentos políticos armados.

(¹) Em algumas das guerras existem vários agrupamentos políticos de guerrilheiros que, umas vezes aliados, outras não, nela participam. Alguns desses agrupamentos são de pequena força ou estão em vias de extinção, como a FNLA, em Angola, que não inclui neste número, ou aparecem e desaparecem, como os diversos grupos de guerrilheiros afegãos, pelo que, quanto a esta guerra, arbitrariamente, calculei apenas 3.

Na realidade esta tem sido sempre a situação, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Desde 1945, com efeito, não houve um só ano em que não estivessem a decorrer pelo menos três guerras, tendo esse número chegado a 14 em 1979 e em 1980. Ao todo verificaram-se 64 guerras, das quais 13 ainda em curso, não incluindo nessa conta algumas guerras de guerrilha de curta duração como a dos tupamaros, ou actividades terroristas não acompanhadas de guerrilha, como a ETA, as Brigadas Vermelhas, os Baden-Meinhoff, nem tão-pouco os diversos golpes de Estado que não foram seguidos de alguma forma de guerra civil, como o de Portugal (2).

Mas não tem sido apenas desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Estudos feitos por Gaston Bouthoul, fundador do Instituto Francês de Polemologia, mostram que desde 1740 até 1974 ocorreram 366 guerras, e que, também nesse longo período, não se passou um só ano sem que, nalguma parte do Mundo, uma guerra estivesse em curso, tendo chegado, em 1863 e em 1864, a decorrer simultaneamente mais de 20 grandes conflitos armados (3).

Isto não deveria surpreender-nos muito. Todos nós sabemos, mesmo quando conhecemos pouco da História, que a guerra tem sido nela uma constante. E o pouco que conhecemos de antropologia mostra-nos também a guerra, ou algo que dela faz as vezes, entre grupos humanos fora da História que nas regiões mais isoladas subsistiram até aos nossos dias.

Espantoso drama que horroriza e fascina, a guerra tem sido expressão e agente transformador das sociedades. O seu estudo é importante, é urgente, e é difícil. Importante hoje como sempre, pelo potencial de destruição que ela contém, urgente mais do que nunca pela monstruosa capacidade que os modernos armamentos vieram dar a esse potencial de destruição, e difícil, extremamente difícil, não só pela complexidade do fenómeno em si mesmo, revestindo muitas formas e envolvendo quase todos os factores e dinâmicas sociais, como pela diversidade das causas que incluem simultaneamente aspectos estruturais, conjunturais, e imediatos, e se encontram quer ao nível do indivíduo, quer ao nível da sociedade,

(2) Estes elementos de informação foram obtidos a partir do livro «A Guerra no Mundo Depois de 1945», de vários autores, tradução do original inglês «War in Peace», da Orbis Publishing, Londres, 1983, editado em Portugal pela VERBO.

(3) Gaston Bouthoul, «O Desafio da Guerra» — Biblioteca do Exército, Editora, Rio de Janeiro.

como ainda pela dificuldade para aquele que se dedica a esse assunto em se libertar da poderosa influência emotiva que os problemas da Paz e da Guerra inevitavelmente exercem.

Neste trabalho iremos tentar caracterizar, polemologicamente, a Época Contemporânea. Para começar, creio indispensável fixar o sentido que atribuo a alguns dos principais conceitos, que vão ser utilizados, tais como conflito, guerra, e polemologia, dado que para cada um deles existem diversas interpretações.

Conflito, segundo a interpretação que perfilho, quando entre grupos sociais, significa uma situação em que um grupo humano de uma determinada identidade (tribal, étnica, linguística, cultural, religiosa, socio-económica, política) se opõe a um ou mais grupos, a propósito de valores materiais ou morais, ou de finalidades mutuamente incompatíveis, em que os oponentes procuram neutralizar, prejudicar ou eliminar os seus rivais. Conflito, portanto, implica mais do que mera competição, implica a vontade de aumentar as possibilidades de êxito reduzindo deliberadamente as do adversário, prejudicando-o, impedindo-o de obter os seus próprios fins, eventualmente destruindo-o.

Nesta oposição em que os adversários estão predispostos a mutuamente se prejudicarem, o uso da violência física pode naturalmente ocorrer, e o homem violento, frequentemente, usa armas. O simples conflito pode, em qualquer momento, transformar-se em conflito armado.

Para alguns autores, o conflito violento armado é sinónimo de guerra. Outros consideram dever-se reservar esse termo apenas para os travados em determinadas condições, respeitando estas quer à natureza dos grupos envolvidos, quer à dos fins pretendidos, quer á dos meios utilizados (a violência pode ser definida fora do contexto da força física), quer à dimensão do conflito, quer, enfim, a elementos formais da sua realização. Neste trabalho, considerarei guerra como sendo o conflito armado entre Unidades Políticas, em que esteja envolvido um número apreciável de combatentes (da ordem das várias dezenas de milhares), e em que sejam pretendidos fins políticos. Esta definição inclui, portanto, tanto os conflitos armados entre Estados, como interiores aos Estados (revoluções e guerras civis) desde que tenham uma certa dimensão, mas exclui os actos de terrorismo avulso, ou as diferentes formas de banditismo.

Quanto ao termo polemologia, derivado do grego «polemos», foi introduzido na linguagem das Ciências Sociais em 1945, por Gaston Bou-

thoule, que o define como sendo o estudo científico da guerra, da paz, e dos conflitos⁽⁴⁾. Embora não sendo ainda hoje universalmente adoptado, é de emprego corrente, com esta acepção, nos trabalhos de muitos estudiosos da matéria, em França, Itália, Espanha, Holanda. Nos países anglo-saxões, e nórdicos, porém, as designações preferidas para este tipo de estudos têm sido as de «Peace Research» ou «Conflict Research».

A caracterização polemológica da época contemporânea, que me proponho, será tentada a partir das guerras e principais conflitos ocorridos em todo o Mundo após a Segunda Guerra Mundial, e tendo em conta não só o que me parecem ser as principais correntes de pensamento polemológico nas diversas partes do Mundo, como também as possíveis interações dessas correntes de pensamento com as opiniões públicas. Para isso, após esta introdução que agora termino, esboçarei uma breve caracterização da situação mundial nos aspectos que me parecem mais directamente poderem influir na geração de condições propícias à ocorrência de conflitos, e na própria natureza destes. Seguidamente voltarei ao conceito de guerra, procurando nele encontrar elementos que o relacionem com as diversas situações políticas, económicas, e culturais, das diversas sociedades. Depois, farei uma breve síntese da evolução do pensamento ocidental acerca da guerra, e tentarei confrontá-lo com as actuais teorias prevaletentes em diversas regiões do Mundo, que, para comodidade da exposição, dividirei nos três mundos da classificação já clássica de Sauvy. Terminarei tentando extrair algumas conclusões.

2. O MUNDO INTERDEPENDENTE

«A guerra é um camaleão», escrevia Clausewitz. E é-o tanto no sentido da sua própria complexidade interna, da variedade e imbricação dos seus objectivos e das suas motivações, das modalidades que reveste, como no sentido da sua permanente relação com a estrutura das sociedades que a travam e com a época histórica a que pertence, uma e outra nela reflectidas.

Esta íntima relação da forma e da natureza da guerra com a estrutura das sociedades e o seu modo de viver, esta historicidade da guerra, enfim, atribuiu-a Clausewitz a seis conjuntos de factores: a natureza das enti-

(4) Gaston Bouthoule, obra citada, pág. 28.

dades políticas; a organização dos poderes públicos; as armas disponíveis; as invenções da Ciência; a relação entre o exército e o povo; os limites e regras da Sociedade dos Estados. Destes seis conjuntos, Clausewitz privilegia com a sua atenção os que se referem à relação entre o exército e o povo. Raymond Aron, que o comenta⁽⁵⁾, começa por salientar as características específicas e determinantes do actual sistema internacional, antes de também ele se debruçar sobre aquela relação.

De facto, conforme salienta aquele autor, a sociedade dos Estados após a Segunda Grande Guerra apresenta um factor original: ela estende-se ao planeta inteiro. Disso resulta que engloba Unidades Políticas não apenas em grande número, mas, sobretudo, profundamente diferentes, profundas diferenças essas que ocorrem segundo todos os vectores de análise, dimensão, recursos, organização política, estrutura social, economia, capacidade tecnológica, cultura, religião, ideologia. Entre todas estas heterogeneidades, três, na opinião de R. Aron, exercem uma visível e directa influência na natureza das guerras: a diversidade dos armamentos disponíveis, em que a diversidade principal é entre armamentos nucleares e não nucleares, mas não é a única importante; a incompatibilidade das ideologias; a muito grande diferença de Poder entre os dois Estados gigantes, e todos os outros.

O alargamento do sistema de Estados ao Mundo inteiro implica simultaneamente um alargamento, uma multiplicação, e uma complexificação das relações internacionais. Os sub-sectores regionais, as relações preferenciais entre vizinhos ou entre semelhantes, os blocos e as alianças, continuam, hoje como ontem, a desenhar, nesse panorama global, linhas e espaços diferenciados. Mas muito mais que outrora, essas linhas e espaços comunicam entre si, e muito mais que outrora, ao longo dessas linhas de relação, os Estados permutam as suas dependências. Esse é outro facto importante da moderna sociedade dos Estados. A crescente interdependência, que não afecta a todos por igual, tem por isso aberto frequentes vias de pressão, e dado lugar a vulnerabilidades acrescidas, ou mesmo a agressividades latentes.

A diversidade dos armamentos disponíveis tem o seu aspecto chave na posse, por apenas algumas potências, de armas nucleares. Dotadas de enorme potencial destruidor, estas armas tornam irracional o seu

(5) Raymond Aron, «Pensar a Guerra: Clausewitz» Livro II, pág. 185.

emprego numa guerra em que esse emprego fosse feito de ambos os lados. Os danos causados e sofridos ficariam então para além de qualquer ganho possível, e poderiam ir até à destruição do próprio Globo. O seu emprego, nestas condições, já não pode ser «a continuação da Política por outros meios». Surge assim, em certas condições que os estrategos definem, e para manutenção das quais se gera uma permanente competição tecnológica, em certas regiões do Globo, entre certas Potências, uma interdição da guerra. Também esse é um dado novo. Mas essa interdição não cobre outras regiões onde as Superpotências, impedidas de se defrontarem directamente, o podem fazer de forma indirecta, nem cobre outros tipos de guerra, as guerras civis, as guerras menores. A Política tem pois continuado a fazer-se por outros meios. A dissuasão nuclear não tem impedido, de forma absoluta, que ocorram guerras. Mas tem imposto, às guerras que ocorrem, que revistam a forma de guerras menores, ou que, tornando-se convencionais, permaneçam limitadas.

Além da existência de armas nucleares, cuja influência nas relações internacionais apenas afluímos muito ao de leve, a diversidade dos armamentos disponíveis abrange uma gama muito grande de possibilidades, e arrasta também algumas consequências com importância nas possíveis situações de conflito. Assim, por exemplo, a grande eficácia, conjugada com alto custo, e com grande rapidez de evolução, dos mais sofisticados sistemas de armas nucleares, tornam as guerras clássicas muito mais destruidoras e mortíferas, muito mais exigentes em capacidade tecnológica e económica, e tendencialmente mais rápidas, do que na primeira metade do século. Por outro lado, a sua disponibilidade nos mercados de armamento, através de alianças, ou simples pactos de amizade e cooperação, até mesmo de um florescente mercado negro, permite a existência na actual sociedade dos Estados de algumas Forças Armadas poderosamente equipadas, mas sem que a essa disponibilidade em armamento correspondam as necessárias capacidades tecnológicas e económicas, o que lhes retira a capacidade para, uma vez envolvidos numa guerra convencional, manterem um esforço militar continuado, para além de curtos períodos. Por outro lado ainda, a disponibilidade de armamento ligeiro, extremamente eficaz, bem como de explosivos, sistemas de comunicação, etc., em grandes quantidades no mercado negro mundial, tem facilitado a acção tanto de grupos de guerrilha como de terroristas.

A incompatibilidade das ideologias refere-se principalmente à oposição irredutível das duas grandes propostas de organização social, política, e económica, lideradas por cada uma das duas Superpotências, a proposta marxista-leninista, e a proposta demo-liberal, mas não apenas. Certas formas religiosas em emergência no «mundo muçulmano» podem assumir e têm assumido um papel poderosamente arregimentador em determinadas sociedades, influenciando também elas todas os aspectos da organização e da via social, aumentando solidariedades e agressividades, dividindo maniqueisticamente tudo em bem e mal, e por isso também elas se inserindo de modo perturbador na sociedade Internacional. Com menos virulência, mas influenciando poderosamente o comportamento social quando se trata das escolhas decisivas, quando se enfrentam crises ou conflitos, outras formas religiosas, e os nacionalismos, continuam estreitamente ligados à disponibilidade dos povos para os conflitos. Como aliás os racismos, e, no fim de contas, todas as formas de pontencialização da consciência colectiva quando perante situações em que julgam ameaçados os seus valores, sobretudo os valores culturais a que dão maior importância.

O abismo que se abre, em termos de Poder, entre as duas Superpotências e todas as outras tem influências actuais e potenciais no desenho dos padrões de relações internacionais, com forte incidência na possível eclosão de conflitos. Influências actuais, na medida em que as Potências suas vizinhas ou que com elas já partilhem o mesmo modelo de organização social, incapazes de sozinhas defrontarem o gigantesco adversário principal, são naturalmente conduzidas a alianças, ou relações claramente preferenciais, dentro de dois blocos. Influências actuais também, na medida em que o próprio excesso de Poder e a relativa mútua neutralização dos dois blocos deixa a uma vasta plêiade de Estados, em si mesmo carecidos de Poder, uma margem de manobra nas relações internacionais, que de outro modo não teriam. Influências actuais ainda, porque essa plêiade de Estados neutralistas ou não alinhados constituem de facto terreno de disputa de influências dos dois blocos, tendendo assim a organizarem-se linhas preferenciais de acção estratégica que tendem a aproveitar e a favorecer determinadas situações internas de cada um desses Estados ou sub-sistemas agravando assim conflitos quase sempre pré-existent.

Influências potenciais, porque a sombra das duas Superpotências, e sobretudo o fantasma da guerra nuclear que a sua oposição irredutível

mantém presente, é um poderoso elemento aglutinador de novas formações políticas, ou, pelo menos, incentivador do reforço do Poder de outras com condições para tal. É o caso, por um lado, de uma Europa Ocidental cuja incapacidade para se unir politicamente tem mantido como objecto de disputa entre duas hegemonias, e que disso tem vindo a ter consciência crescente, e por outro lado de uma China, que tem tudo o necessário para ser Superpotência, excepto desenvolvimento económico e tecnológico, e que parece disposta a reparar a falha.

Além destes conjuntos de factores cujo enunciado inicial fomos buscar a Clausewitz através de R. Aron, parece-me relevante acrescentar pelo menos mais três, dentro da óptica que temos vindo a seguir, da influência directa na gestação de situações do conflito ou que as favoreçam. São eles a situação demográfica, a situação ecológica, e um terceiro que, simplifadamente, designaremos por pressões de opinião.

O desequilíbrio do dinamismo demográfico entre populações de Estados, geralmente carecidos de recursos, com elevadas taxas de crescimento, e populações de outros Estados, geralmente ricos, com taxas de crescimento muito baixas, por vezes mesmo negativas, é naturalmente gerador de pressões demográficas dirigidas dos primeiros para os segundos, favorecendo emigrações, frequentemente clandestinas, potencialmente geradoras de conflitos, que já hoje vêm ocorrendo, mas que tenderão, no futuro, a ser mais frequentes e, eventualmente, mais graves. Também as elevadas taxas de crescimento demográfico nos países carentes de recursos económicos e de capacidades tecnológicas, inevitavelmente contribuirão para um aumento do nível geral de agressividade interna, mesmo da violência, nesses países, onde as situações propícias à ocorrência de guerras internas se multiplicarão. Também em alguns países desenvolvidos dos Primeiro e Segundo Mundo, de baixas taxas de crescimento demográfico, mas onde coexistem nacionalidades diversas, com diferentes culturas e também diferentes taxas de crescimento, essas diferenças do dinamismo demográfico tenderão a criar ou a agravar problemas de convívio interno entre aquelas diferentes comunidades, já que, alterando-se significativamente as suas relações quantitativas, inevitavelmente procurarão também alterar a sua situação quanto à partilha dos poderes políticos e económicos.

A situação ecológica normalmente não é referida entre os principais factores característicos da situação mundial, pelo menos na óptica em

que a estamos a descrever. No entanto, a emergência dos problemas ecológicos como um dado relevante na vida interna e também já na internacional é um facto recente, e bastante original, da actual Sociedade de Estados. Para além do potencial gerador de instabilidade que uma demasiada degradação do ambiente pode ter, mesmo sem que atinja efeitos dramáticos como os da progressiva desertificação do Sahel, é também possível contabilizar já alguns conflitos internacionais devido à poluição ou ao aproveitamento de rios internacionais, à pressão sobre recursos piscícolas, ao esgotamento tendencial de determinados recursos minerais, etc. É uma situação ainda não preocupante, mas susceptível de se agravar.

Por pressões de opinião quis, mais do que genericamente aludir ao papel tradicional dos «mass media», dos órgãos e instituições do ensino, e das correntes de opinião geradas nas diferentes sociedades, referir-me a duas ideias força que se têm vindo progressivamente a desenvolver e impor, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

A primeira dessas ideias-força é a de que a guerra não é um instrumento aceitável para a resolução dos problemas políticos^(*). Com raízes nos pacifismos liberal e socialista do século XIX, essa corrente de opinião reforçou-se no intervalo entre as duas grandes guerras do mesmo século. Nesse mesmo período, contudo, muitos escritores e filósofos defendiam ainda, não só a legitimidade, mas até a necessidade, da guerra. Após a Segunda Grande Guerra, porém, o impacto emocional não apenas dos seus quarenta milhões de mortos, mas, sobretudo, do receio de uma guerra nuclear, tem conduzido à geral aceitação de que a guerra apenas se justifica como um meio de legítima defesa do Estado.

Esta ideia não se perfila, porém, com a mesma força nas diversas regiões do Mundo. Simplificando, poderemos afirmar que nos Estados do Primeiro Mundo não só a ideia, sob diversas formas, algumas delas muito radicais nos diversos pacifismos, está mais generalizada, como também a opinião pública mais facilmente se forma e mais poderosa e rapidamente influi nas decisões dos órgãos políticos. Pelo contrário, no Segundo Mundo esta ideia aparece metamorfoseada pela ideologia, e tanto a formação como

(*) Curiosamente, a mesma ideia parece não ter a mesma força, nem a mesma generalizada aceitação, quando se refere aos problemas políticos internos. Ou seja, parece que o «tribunal da opinião» tende a condenar muito mais as guerras internacionais do que as guerras internas.

o impacto da opinião pública são extremamente controlados e atenuados. No Terceiro Mundo, os problemas económicos, e sociais, são geralmente tão graves e urgentes que deixam pouco lugar para outras preocupações. Entretanto, o poder dos «mass media» em grande parte veiculantes das ideias e das formas de vida do Primeiro Mundo, tem vindo progressivamente a inculcar na generalidade desses países também esta ideia. Quanto ao Segundo Mundo, apesar do carácter intrinsecamente belígeno da sua ideologia, que referiremos adiante, a instrumentalização das ideias pacifista que tem vindo a fazer, e o contágio que apesar de tudo não consegue impedir das ideias ocidentais, a pouco e pouco poderão aumentar nas respectivas sociedades as tendências que se opõem a uma utilização da guerra em políticas efectivamente agressivas, mesmo que sistematicamente apelidadas de defensivas.

A segunda dessas ideias força tem tido uma influência espectacular na emergência dos novos Estados cujos representantes hoje enchem as bancadas da ONU. Trata-se da ideia de que cada Nação tem direito a determinar o seu próprio destino ou, por outras palavras, a ser politicamente independente, se essa for a sua vontade. Também nascida no século XIX, tem-se vindo a impor sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

Na realidade, essa ideia, tal como a anterior, se não tem sido abertamente contestada, em si mesma, e em termos teóricos, tem-no sido, na sua aplicação, em alguns casos, quer pela oposição violenta, gerando a maior parte das guerras que desde então têm ocorrido, quer pelo controlo político, jurídico, ou ideológico.

No entanto, essa ideia força parece manter em si mesma um vigor que a onda das recentes descolonizações deverá ter reforçado. As nações que, hoje ainda, se encontram divididas entre diversos Estados, ou controladas mas contrariadas no interior de outros, provavelmente virão a encontrar energias para imporem a sua vontade colectiva de independência. O nacionalismo é uma força que sob a pressão dominadora de outros nacionalismos encontra nessa mesma pressão a inspiração para se reforçar e reagir. Não é difícil prever que no futuro próximo do sistema internacional os nacionalismos contrariados serão uma das principais fontes de conflitos violentos. Nestes casos, a outra ideia, a de que a violência armada não é instrumento legítimo para obter objectivos políticos, influi muito pouco na moderação desses nacionalismos, já que a ideia da legitimidade do seu direito à auto-

determinação os faz sentirem-se agredidos, e portanto em situação de legítima defesa, enquanto que, relativamente aos Estados dominadores, as duas ideias tenderão a reforçar-se na criação de um clima de opinião condenando a guerra e minando o moral, após algum tempo de luta que na maior parte das vezes virá a ser necessário para permitir que as ficções justificadoras do Estado dominador, a ficção de que na Nação dominada a vontade prevalecente seria a de continuar submetida, e a ficção de que a guerra de conservação do vínculo político é uma guerra defensiva, acabem por se dissipar.

3. A GUERRA UBIQUA

A caracterização polemológica da Época Contemporânea necessitava que dedicássemos alguma atenção aos elementos significativos desta Época, e foi o que tentámos até agora, através desta sumaríssima análise do Sistema Internacional. Mas porque polemológico diz respeito ao estudo dos conflitos e das guerras, importa agora que tentemos também, por esse prisma, encontrar alguns elementos caracterizadores.

Recordemos primeiro que no conceito que adoptámos para conflito, entendido sempre entre grupos dotados de identidade, subentendemos a intenção, pelo menos de uma das partes, de obter os fins em disputa prejudicando o adversário, e que, desde que no conflito fosse utilizada a violência armada, participassem Unidades Políticas envolvendo um número apreciável de combatentes, e estivessem em causa fins políticos, se trataria de guerra.

Este conceito de guerra representa pois como um patamar acima, no sentido da violência e no sentido da importância dos meios e dos resultados. Entre os dois situa-se o conceito de crise, que corresponde ao agravamento súbito de um conflito até então latente ou moderado, sem que ocorra ainda a guerra. Sendo, esta última, a forma extrema tanto do conflito como da crise, é a ela que dedicarei mais atenção.

O conceito de guerra que adoptámos, engloba tanto os conflitos armados entre Estados, como dentro deles. Nele cabe tanto um grande conflito nuclear, como uma simples guerra de guerrilha. Convirá, portanto, dizer alguma coisa acerca de vários tipos de guerra.

A classificação tipológica das guerras é um assunto vasto. O Brigadeiro Loureiros dos Santos, por exemplo, propõe-nos 50 tipos diferentes de guerra, classificados segundo 7 vectores diferentes de análise (?). Mas muitos outros autores, entre os quais Bouthoule e Aron, apresentam nos trabalhos outras classificações, raramente coincidentes entre si. Não cabe aqui apresentar, menos ainda discutir, qualquer destes sistemas classificativos. Apenas vos proporei, porque disso necessito para prosseguir, a apresentação de alguns tipos de guerra, segundo dois pontos de vista.

Tomando como critério principal a natureza dos meios utilizados, as guerras podem classificar-se em nucleares, convencionais, e menores ou populares, conforme nelas sejam utilizadas armas nucleares, quanto às primeiras, armamento convencional e Forças Armadas regulares de ambos os lados quanto às segundas, armamento convencional e forças irregulares ou guerrilhas por algum dos lados, quanto às terceiras.

Utilizando como critério principal o tipo de Unidades Políticas envolvidas nas guerras, estas podem dividir-se em internacionais, quando ambas as partes são constituídas por Estados, e internas ou nacionais, quando nelas apenas participam forças de um mesmo Estado. Por sua vez as guerras internas subdividem-se em civis, quando as partes em luta utilizam Forças Armadas regulares, e populares, quando uma das partes utiliza apenas grupos de forças irregulares, ou guerrilhas. Estas guerras populares podem ainda classificar-se, agora segundo outro critério, o do fim pretendido, em guerras de libertação ou independência, guerras revolucionárias, e guerras subversivas (*). Naturalmente, estas séries classificativas são complementares.

Importará agora referir um tipo de guerra com especial interesse na época actual. Trata-se do que corresponde ao conceito de guerra limitada. Por tal designação neste trabalho deve entender-se uma guerra em que,

(?) Brigadeiro Loureiro dos Santos. «Incursoes na Estratégia», edição Calouste Gulbenkian, pág. 199 e seguintes.

(*) Tal como atrás se escreveu, estas designações variam de autor para autor. Muitos autores, por exemplo, não distinguem entre guerras revolucionárias e subversivas, outros designam por subversivas todas as populares, outros ainda igualizam populares e revolucionárias, etc. Na classificação que acabei de apresentar, considero que as guerras subversivas diferem das revolucionárias tanto na forma de gestação e condução, mais elaborada nas primeiras, mais espontânea nas segundas, como no fim pretendido, em que nas segundas se pretende uma alteração mais ou menos profunda do sistema político, enquanto nas primeiras é toda a organização social (política, económica, cultural), mesmo a própria filosofia de vida, que é posta em causa.

pelo menos um dos adversários, procura limitar, deliberadamente, um ou mais dos seguintes parâmetros: área abrangida pelo conflito, número de Unidades Políticas envolvidas, volume dos recursos e forças empenhadas, tipo do armamento utilizado, fins a atingir. O conceito de guerra limitada aplica-se às guerras internacionais, e, nestas, às convencionais. No entanto, o conceito estratégico de resposta flexível, adoptado pela NATO, e recusado como válido pelo Pacto de Varsóvia, resulta justamente da admissão da aplicabilidade do conceito de guerra limitada também às guerras nucleares.

A limitação das guerras relaciona-se, naturalmente, com os conceitos de «guerra absoluta» e de «guerra real», de «ascensão aos extremos» ou «escalada», e de controlo político da guerra, e com as oposições conceptuais vitória militar-negociação política, paz imposta-paz negociada, estratégia de aniquilamento-estratégia de usura. Podemos dizer, sem nos alongar mais sobre um tema muito rico e que tem sido tratado em numerosos trabalhos, que a limitação da guerra impede a escensão aos extremos e assim potencializa a condução política da guerra, e ainda que, em geral, a limitação da guerra se coaduna melhor com uma estratégia de usura, e com a procura de uma paz negociada.

Outros dois aspectos da maior importância para a caracterização polemológica da época contemporânea através da análise das guerras, parece-me serem os que se prendem com os fins a atingir, por um lado, e com as motivações que têm mobilizado os povos para a guerra bem como as causas profundas e as causas imediatas que as têm provocado. Sobre estes temas também a produção teórica é abundante, e, mais uma vez, a dimensão deste trabalho me impede de os analisar. Limitar-me-ei a referir esses elementos à medida que forem necessários, apoiando-me quer nas listas apresentadas por Gaston Bouthoule, quer em escritos de Raymond Aron.

Um outro conceito que importa referir, ainda que de forma também sumária, é o que se tem designado por «Guerra Fria», a qual se refere a uma situação específica, no âmbito das relações internacionais, nem paz, nem guerra, também por vezes apelidado de paz/guerra, e de paz de terror. Em termos algo simplistas, poderemos dizer que o carácter semibélico dessa situação formalmente pacífica resultaria da competição ideológica inconciliável entre os dois tipos de organização sociopolítica que disputam a hegemonia mundial e que, impedida pela mútua dissuasão nuclear de encontrar a decisão através do confronto armado, se sublimaria

através de uma teia de diversíssimas formas de intervenção, mais ou menos disfarçadas, fomentando guerras internas e nelas intervindo de várias formas, directa ou indirectamente, utilizando a propaganda, o terrorismo, a sabotagem, as guerras limitadas, etc., em determinadas zonas não abrangidas pela santuarização nuclear. Pela sua componente ideológica, que desperta e assegura fidelidades no interior dos adversários, esta oposição entre os dois blocos assumiria mesmo, conforme escreve R. Aron, aspectos próprios de uma «Guerra Civil» latente.

Esta situação é relativamente nova, em relação à história da humanidade, embora R. Aron lhe reconheça algum paralelismo com a vida na Europa dos séc. XVI e XVII durante as guerras de religião. No entanto, o conflito religioso nos séc. XVI/XVII encontrou a saída tradicional, nas guerras que então se travaram e que corresponderam aos diversos paroxismos desse prolongado conflito. Essas guerras, no seu conjunto, podem mesmo ser encaradas como uma série de episódios de uma mesma «grande guerra» entrecortada de tréguas. A situação actual difere daquela na medida em que a guerra entre as potências nucleares se tornou «impen-sável» em termos racionais, e os paroxismos do conflito se transferiram para fora do teatro definido por essas Potências e pelos interesses que elas consideram vitais, procurando tirar partido de outras guerras, por outras causas, através de uma gama mais variada de meios; «A guerra fria», escreveu R. Aron^(*), «equivale a uma guerra limitada, em que uma das partes aspira a uma vitória total, enquanto a outra pretende apenas uma vitória parcial».

Esta assimetria das partes no conflito ideológico actual é outra das diferenças a assinalar, relativamente às guerras de religião, e arrasta consequências importantes. Desde logo, nos objectivos visados, como ressalta da transcrição feita, mas também nos meios e recursos afectos, na «fidelidade», e no «fanatismo» dos apoiantes de cada um dos blocos no interior do bloco adversário, na maior tónica ofensiva ou defensiva posta nas acções e estratégias que atrás referimos como praticadas pelos dois lados, sem termos tido a preocupação de distinguir a diferente frequência do recurso a cada uma delas por cada uma das Superpotências, nem a diferente natureza dos processos por cada uma delas utilizado.

(*) «De la paix sans victoire», publicado na «Revue Française de Science Politique», I, 3, 1951.

A actual situação mundial aparece-nos portanto dominada por um profundo conflito entre as duas Superpotências líderes dos dois blocos, impedidas de directamente se fazerem a guerra, mas que por isso mesmo, em maior ou menor grau, determina, influencia, ou controla, quase todos os outros conflitos em todo o Mundo.

Essa mútua dissuasão traduz-se assim na cuidadosa limitação das guerras convencionais em que um dos Supergrandes ou dos seus aliados se envolva, bem como nos esforços em que por vezes ambos cooperam para limitar ou evitar o alastramento de outras guerras entre Estados do Mundo não alinhado. E conjuga-se com as dificuldades económicas e tecnológicas da aquisição e utilização dos armamentos convencionais mais evoluídos para favorecer a proliferação das guerras populares.

A oposição entre os regimes marxista-leninista e demo-liberal não é, porém, a geradora da maior parte das guerras que têm ocorrido no Mundo desde 1945, mas sim, como já dissémos, a fonte dos esforços das Superpotências quer para limitar, quer para controlar, quer para tirar partido de guerras e conflitos, cujas motivações e causas geralmente são ligadas a aspectos particulares próprios dos povos e regiões onde têm ocorrido.

Gaston Bouthoule⁽¹⁰⁾ propõe-nos uma organização dos espaços onde têm ocorrido mais frequentemente os conflitos e guerras, diferente das propostas por outros autores, com a originalidade de procurar estabelecer esse relacionamento espaço — conflitos com base em critérios sociais em vez de estratégicos. Parte da hipótese de «frentes de agressividade», que define como «espaços privilegiados de lutas, de ataques, de perturbações(...) de onde podem surgir as manifestações de violência, internas ou internacionais». Tratar-se-ia de «frentes raciais ou étnicas, frentes político-económicas, nascidas da História (...) mais ou menos reactivadas pela conjuntura». A partir da Segunda Guerra Mundial, ter-se-iam estabelecido nove frentes principais e algumas secundárias, estas de carácter geralmente interno mas com possibilidades de influírem perturbadoramente no sistema internacional. Essas frentes seriam: uma frente norte-africana, entre a África negra Central e a África branca Setentrional islâmica; uma frente sul-africana, entre a África negra Central e a África branca Meridional; uma frente norte-americana entre a América branca Setentrional e a América Central ameríndia; uma frente sul-americana, complexa, através da

(10) Gaston Bouthoule, obra citada.

América do Sul; uma frente chinesa, em torno da China; uma frente Este-asiática, da Austrália ao Japão através dos arquipélagos e penínsulas do Sudoeste asiático; uma frente afro-asiática entre o mundo árabe e islâmico e as outras etnias brancas, de Gibraltar à Índia; uma frente Este-europeia, entre o mundo comunista e o mundo ocidental; uma frente norte-irlandesa através da Irlanda do Norte.

Bouthoule apresenta-nos um quadro⁽¹⁾ com as percentagens calculadas em cada uma das frentes dos 71 maiores conflitos armados (guerras internacionais, guerras internas, revoluções e golpes de Estado) ocorridos desde 1945 até 1974.

A que apresenta maiores percentagens é a frente afro-asiática com 26 por cento, mas deve-se notar que a percentagem atribuída a «outras frentes secundárias e em geral internas» atinge os 30 por cento.

Chama-nos a atenção, seguidamente, para o facto de que, «enquanto antes de 1945 as diferentes frentes de agressividade eram, sobretudo, de um continente para outro, ou mesmo dentro de um só continente, relativamente independentes, elas são actualmente, com o sentido mundial dos fenómenos, relativamente interdependentes. A evolução e a activação de uma frente são função do dinamismo maior ou menor das outras frentes, em particular das vizinhas». Acrescenta que se podem manifestar estratégias inter-frentes, que os Estados nas charneiras entre as frentes ocupam posições especialmente sensíveis, como por exemplo o Congo e a Tanzânia, entre as frentes norte-africana e sul-africana, a Grécia, Turquia e Irão entre as frentes afro-asiática e Este-europeia, o Bangladesh entre as afro-asiática e chinesa, o Japão e as Coreias entre a chinesa e a Este-asiática. Mais adiante, salienta que «na nossa época de interdependência e de modificação rápida das situações, a noção de inimigo hereditário e de eterno aliado perdeu o seu valor, e que um estudo científico dos fenómenos da violência deve estar sempre pronto a escolher e (...) descobrir as variações de comportamento, as substituições de antagonismos por solidariedade». (...) Assim, assinala após 1970 diversas variações na actividade das diferentes frentes, das quais colhe dois ensinamentos: a agressividade pode ser transferida entre frentes, e não há determinismo nas frentes de agressividade, devido em especial à acção política e à acção sobre as mentalidades.

⁽¹⁾ Ver Anexo A.

Utilizando um critério diferente do de Bouthoule, chegar-se-ia naturalmente a uma caracterização também diferente dos espaços em função dos conflitos. É o que acontece normalmente com a generalidade dos tratadistas que preferem critérios geoestratégicos.

Aquele autor não propõe motivações predominantes, nem tipos preferenciais de guerras, em cada uma das zonas-frentes que define, provavelmente devido ao facto, que aponta, de em todos os conflitos estarem presentes sempre diversas motivações e neles ocorrerem ou poderem ocorrer diversos tipos de guerra. Aliás, os diferentes tipos de guerra e de conflitos transformam-se frequentemente uns nos outros.

Sem pôr em causa a evidente verdade dessas proposições, julgamos ser possível distinguir em cada frente determinadas motivações e finalidades predominantes, bem como uma maior frequência de determinado tipo de guerras, relativamente a outros. Essas tendências são úteis para uma melhor caracterização, pelo que vamos tentar determiná-las⁽¹²⁾, introduzindo também um vector geoestratégico que poderá traduzir as influências políticas mais prováveis.

As frentes norte e sul-africanas parece-nos poderem ser ligadas à região centro-africana, constituindo um só bloco africano, apesar das evidentes diferenças sociais, políticas, e económicas, das três zonas, que poderão ser consideradas subdivisões. Entre elas, além das comunicações preferenciais, existe uma certa analogia das principais motivações e finalidades, das guerras ligadas antes de mais a rivalidades étnicas, e à afirmação ou à gestação de nacionalismos. Em toda a África, as guerras menores, quer estejam em causa as relações coloniais ou as independências, quer tratando da disputa do poder interno, quer procurando impor o rearranjo dos Estados revivendo oposições étnicas, têm sido a regra quase sem excepção, e é provável que assim continue a acontecer, embora não seja de excluir a eventualidade de guerras clássicas internacionais na parte Norte do continente. Neste, os interesses da Europa Ocidental são extremamente acentuados, devido à dependência relativamente a determinadas matérias-primas estratégicas, de que os EUA também dependem, em menor grau. A URSS, a região interessa na medida em que possa contrariar eficazmente aqueles interesses, sobretudo os dos europeus, que

⁽¹²⁾ Ver Anexo B.

perdendo a ligação com a África ficariam perigosamente vulneráveis à influência soviética. Nesta região, altamente instável de Norte a Sul, chocam-se portanto as estratégias e os interesses das duas Superpotências e da Europa Ocidental.

As frentes Norte e Sul americanas também nos parece poderem reunir-se num só bloco, o continente latino-americano, dominado pela hegemonia americana, mas onde o oportunismo soviético logrou obter uma sólida base de apoio, em Cuba (que os EUA não conseguiram recuperar), e está a caminho de alargar a sua influência, a partir da Nicarágua. Em toda esta região as principais e mais frequentes motivações conflituais parecem estar ligadas a problemas socioeconómicos, e de afirmação de independência face à hegemonia do colosso vizinho, aparecendo as ideologias em parte como reacção a essa hegemonia, em parte como panaceia a esses problemas socioeconómicos. As guerras que têm ocorrido têm revestido na sua esmagadora maioria a forma de guerras internas populares, visando na maior parte das vezes a conquista do poder. Em número apreciável, têm sido guerras revolucinárias, e, ou, subversivas.

As frentes chinesa e Este-asiática definem uma complexa zona onde se defrontam quatro ou cinco tentativas hegemónicas em graus diferentes. A China, a URSS, o Japão, os EUA, e, na península indochinesa, o Vietname, cada um a seu modo, procuram estabelecer e alargar influências, estratégicas, políticas, ou económicas. As motivações predominantes nos conflitos ocorridos nesta zona parece-nos ligarem-se de preferência a confrontos ideológicos e à afirmação de nacionalismos. As guerras têm sido predominantemente internacionais, e convencionais. Mesmo as guerras internas, que começam sob a forma de guerras populares, têm aqui mostrado tendência a transformar-se em convencionais, e, por vezes, a internacionalizarem-se. As finalidades têm-se orientado frequentemente no sentido da disputa de regiões fronteiriças, de conquista de independências, e de disputas internas do Poder.

A Índia, o Paquistão, o Afeganistão, o Bangladesh e Ceilão, parece-nos poderem constituir uma região individualizada das vizinhas, Este-asiática e afro-asiática, embora estreitamente ligada com ambas. Os interesses geoestratégicos da URSS fazem-se aqui sentir poderosamente, procurando abrir um caminho, para o Índico, perseguido há séculos. A hegemonia indiana procura afirmar-se, enquanto os EUA procuram equilibrar as pres-

sões soviética e indiana sobre o Paquistão. É uma região onde têm predominado as guerras internacionais do tipo convencional e onde as motivações dos conflitos e das guerras têm sido religiosas, e étnicas, umas e outras frequentemente associadas a problemas nacionalistas, tendo as guerras geralmente por finalidade a disputa de territórios, ou a afirmação de independências ou de hegemonias.

A frente afro-asiática, sem o subcontinente indiano, e sem o Magrebe, mas incluindo o corno de África, parece-nos constituir uma região onde, como em África, se defrontam os interesses dos EUA, da URSS, e da Europa Ocidental (petróleo e rota do petróleo), mas com maior intensidade. As tentativas de hegemonia regional do Egipto, do Irão, e da Arábia Saudita, têm fracassado. E entretanto a Síria vai conseguindo afirmar uma hegemonia limitada sobre o Líbano. As motivações predominantes nos conflitos desta zona têm estado ligadas à religião, embora as motivações nacionalistas e as ideológicas apareçam também com bastante intensidade. Na sua maioria, as guerras têm sido internacionais, quase sempre do tipo convencional. As finalidades mais frequentemente aparentes ligam-se a problemas territoriais, ou relacionam-se com o conflito israelo-palestiniano, problema fulcral na região.

A frente Este-europeia é uma zona de cautelosa oposição URSS-EUA, que a dissuasão nuclear e o poderio militar e ideológico soviético mantêm numa calma angustiada, abafando à nascença os grandes conflitos cujas motivações têm sido de carácter predominantemente nacionalista, mas sempre à sombra do confronto ideológico. As finalidades predominantes têm sido a afirmação de independência e, por parte das Superpotências, disputa ou consolidação de posições estratégicas.

4. O PENSAMENTO E A OPINIÃO, OU, O PAPEL DOS INTELECTUAIS

O pensamento acerca da guerra e dos conflitos, entendendo por pensamento o conjunto das teorias, das doutrinas, e do seu estudo, tem exercido uma inegável influência se não na essência do fenómeno, cujas raízes parecem mergulhar muito fundo na natureza humana, pelo menos na menor ou maior disponibilidade das sociedades para a guerra, poderíamos dizer, na sua excitabilidade e nas motivações que provocam essa excita-

bilidade, bem como, através da formação cultural dos governantes, nas razões julgadas suficientes, nos pretextos invocados, e nas formas consentidas, para a prática das guerras.

A caracterização polemológica da época contemporânea não poderia por isso deixar de considerar as principais correntes de pensamento sobre este tema, que prevalecem nas regiões.

Até ao séc. XIX esse pensamento foi meramente normativista. Cuidava-se mais de recomendar formas de proceder, e de julgar valorativamente a guerra, a paz, e a violência, do que propriamente analisar esses fenómenos procurando encontrar a sua verdadeira natureza e as suas verdadeiras causas. Esse pensamento, desde tempos muito recuados, aparece dominado sobretudo pela preocupação de estabelecer a distinção entre guerras justas e guerras injustas. Na antiga Grécia e em Roma, a guerra justa era não propriamente aquela que o era na sua natureza, mas a que era travada com as formalidades pedidas pela lei, pelos costumes, pela religião. Posteriormente, na primitiva Igreja Cristã, teve grande influência uma corrente de opinião que proscovia todas as formas de guerra, embora tal atitude nunca tivesse sido nela unanimemente aceite. Mais tarde ainda, quando o cristianismo se tornou dominante no Império, escritores como St.º Agostinho e St.º Ambrósio defenderam o conceito de guerra justa, ligado desta vez às causas e fins da guerra, postulando que não só o Estado tem direito de a fazer, mas que em certas circunstâncias poderia ser mesmo moralmente obrigado a isso.

No início da Idade Média, o Islão introduziu um novo conceito, o conceito de guerra santa, segundo o qual a guerra era o último recurso para incorporar os povos recalcitrantes no «pacífico» território do Islão, sendo assim, portanto, um dever, e tornando-se um meio justificado pelo fim bom que se propunha, a Paz verdadeira, a boa Paz.

Através da Idade Média, a Igreja tentou impor controlos éticos à conduta da guerra, estabelecendo períodos e lugares em que a guerra não deveria ocorrer, tipos de armas a não ser empregues, classes de pessoas imunes quer à obrigação de fazer a guerra, quer às suas consequências. Nesse mesmo sentido, do controlo e limitação das guerras, actuou o código da cavalaria. Estas tentativas mostraram-se porém ineficazes nas guerras onde sentimentos de tipo ideológico fanatizavam as populações, como nas cruzadas e nas guerras religiosas. Sempre que um importante conjunto de

valores ou a forma de viver de um povo era suposto estar ameaçado, a guerra assumiu aspectos da maior violência.

Na Renascença, e no período iluminista, formou-se e desenvolveu-se na Europa uma escola pacifista que rejeitava a doutrina medieval das guerras justas. Erasmo, Thomas Moore, Fenelon, Voltaire, Rousseau, principais nomes desta corrente, punham em dúvida a validade desse conceito, e consideravam a guerra como um crime ou uma calamidade que nada justificava.

O fim do século XVIII testemunhou a emergência das ideologias liberal-nacionalistas, arrastando um novo período de guerras extremadas na sua violência. Neste período, Clausewitz, embora se tenha preocupado com a estratégia e portanto com a conduta da guerra, e não com as suas causas, procurou pela primeira vez estudar a natureza da guerra em si mesma, sem cuidar de sobre ela elaborar apreciações moralistas, e poderá por isso ser considerado um precursor dos modernos analistas desta problemática.

Após a Revolução Francesa, durante todo o século XIX e até à Segunda Guerra Mundial, com excepção dos estrategos, a discussão teórica acerca da guerra e dos conflitos aparece dominada pela oposição entre «pacifistas» e «belicistas». Os escritores proscrevendo a guerra, com maior ou menor radicalismo, receberam inspirações de variadas origens, tanto religiosas e humanitárias moralistas como económicas, fundamentadas estas quer no liberalismo quer no socialismo. Os que abertamente preconizavam a bondade da guerra, e a sua necessidade, como Hegel, Nietzsche, Bernhardt, Pareto, Croce, etc., faziam-no invocando quer razões ligadas a interpretações darwinistas da História, quer razões sociológicas e político-sociológicas ligadas ao papel da guerra e dos conflitos na coesão social e na afirmação da identidade nacional, quer razões histórico-românticas ligadas à virilidade e à admiração das virtudes heróicas.

Apesar da importância assumida pelas correntes belicistas no período entre as duas grandes guerras do nosso século, a seguir à primeira a Liga das Nações adoptou o ponto de vista de que a guerra de agressão era um grave crime internacional. E, em 1928, o Pacto Brian-Kellog, assinado por 63 Estados, condenou solenemente o recurso à guerra.

Desde o fim do século XIX, um número crescente de teorias e doutrinas tem-se esforçado por adoptar atitudes analíticas de preferência a nor-

mativas, e tem focalizado mais a sua atenção na procura das causas da guerra e dos conflitos. Uma têm procurado essas causas na natureza humana privilegiando aproximações biológicas e psicológicas, as «micro-teorias», outras têm dado preferência às estruturas sociais e às instituições, privilegiando aproximações sociológicas, políticas e económicas, as «macro-teorias». Inicialmente excluindo-se mutuamente com radicalismo, a tendência hoje é para se considerarem complementares, admitindo-se que as causas das guerras e dos conflitos tenham que ver tanto com a agressividade individual como com os valores culturais e com a estrutura e funcionamento das sociedades.

No mundo ocidental, o Primeiro Mundo, a produção teórica sobre este assunto tem vindo a ser crescentemente abundante, em Universidades e Institutos especializados, utilizando uma grande variedade de aproximações diferentes.

Muitas dessas aproximações continuam a ser normativistas, conduzidas a partir de preconceitos tentando impor um qualquer modelo que, segundo os autores, conduziria à Paz. Mas, ao lado dessas, existem teorias construídas com um evidente esforço de isenção analítica, buscando conhecer os fenómenos sociais guerra e conflito tal como realmente são.

No que diz respeito às concepções sobre a natureza e sobre as finalidades da guerra, a maior parte das teorias e doutrinas, entre as quais todas as estratégicas, sofrem a influência do pensamento de Clausewitz, o qual está quase sempre no centro dos debates.

Clausewitz era um estratega, e utilizou uma aproximação histórico-filosófica. Para ele, a guerra era um «instrumento» racional da política, numa sociedade de Estados em que cada um deles era o único defensor dos seus direitos, o único juiz das suas próprias causas. Muitos analistas modernos, em especial os que utilizam aproximações históricas, concordam com este carácter instrumental da guerra, bem como com a aceção do Estado como agente principal nas Relações Internacionais. Outros, pelo contrário, atribuem a Clausewitz uma influência negativa, de carácter belicista. Rappoport, por exemplo, considera que a obra daquele estratega filósofo contém a ideia de que a guerra deve ser o instrumento da Política, do que se deduziria a conclusão de que a Política deveria utilizar a guerra. Na verdade, porém, Clausewitz limita-se a observar a realidade, e conclui que a guerra é a continuação da política por ou com outros meios. Ele

apenas constata. Por outro lado, a racionalidade ou não da utilização da guerra nos tempos modernos, em especial no que respeita à arma atómica, levanta debates apaixonados, em que é posta em dúvida, ou defendida, a validade dos conceitos clausewitzianos. Mas, no essencial, o pensamento de Clausewitz continua actual, e pensadores como Raymond Aron, um analista que utiliza uma aproximação predominantemente histórico-filosófica, ou os modernos estrategos norte-americanos, têm defendido a aplicabilidade daquele pensamento aos problemas da Guerra e da Paz nos nossos dias.

As teorias normativistas são, actualmente, todas de orientação pacifista. Nelas, preconceitos religiosos, ideológicos, ou filosóficos, misturam-se com factores obtidos a partir do estudo positivo dos fenómenos, e os seus autores ou seguidores propõem-se aberta ou veladamente como tarefa principal promover a Paz e impedir a Guerra, mais do que investigar a verdadeira natureza dos fenómenos.

Vários escritores têm argumentado que, dado o destruidor poder da moderna tecnologia, especialmente no que concerne às armas nucleares, as condições do antigo conceito de «guerra justa», em especial a de que a violência empregue deveria manter-se proporcional aos objectivos pretendidos, não podem já ser consideradas válidas. As monstruosas consequências da guerra nuclear não podem ser nem política nem moralmente justificadas em nenhuma circunstância. Alguns desses escritores vão ao ponto de advogar o desarmamento unilateral, tanto de armas nucleares como de convencionais, e a resistência não violenta, como as únicas vias para quebrar o círculo vicioso da corrida aos armamentos e da tensão internacional. Em contrapartida, outros autores, entre os quais os da tendência maioritária da Igreja Católica, defendem o conceito de guerra justa adaptado aos tempos actuais, restringido à legítima defesa do Estado, e à ajuda a outro, vítima de agressão, aceitando a dissuasão nuclear, embora apenas de forma graduada.

Em resumo, a situação actual do Primeiro Mundo, quanto ao pensamento sobre a guerra, caracteriza-se pela quantidade e variedade dos estudos, teorias e doutrinas. Algumas teorias procuram analisar sistematicamente e em termos científicos a fenomenologia da guerra e dos conflitos. As outras veiculam pacifismos em vários graus e de várias naturezas. Nestas, é possível distinguir uma diferença importante do pensamento

européu para o norte-americano. Enquanto que entre os pacifistas europeus aparecem bastantes partidários do desarmamento unilateral, nos norte-americanos não tem sido nunca contestada a necessidade de uma defesa militar, mas apenas a do emprego de armas nucleares⁽¹³⁾. Essa diferença talvez seja explicada pelo afastamento geográfico dos norte-americanos relativamente ao teatro de operações da Europa. De um modo geral, pode-se dizer que o pensamento no Primeiro Mundo se vem mostrando dinâmico e inovador, e que a sua ligação com a opinião pública se realiza com relativa facilidade, através de uma Comunicação Social livre, e de uma educação aberta. Por sua vez, a opinião pública destas sociedades tem uma influência inegável no comportamento dos governantes.

No Segundo Mundo, os estudos sobre a guerra e os conflitos efectuam-se sempre sob o signo da ideologia que tudo abarca. Para os marxistas, todos os fenómenos políticos, incluindo o imperialismo e a guerra, são projecções de forças económicas. A guerra teria surgido com a propriedade privada. Mas é sobretudo na contribuição teórica de Lenine, a teoria do imperialismo, que os marxistas-leninistas vão buscar a sua inspiração no estudo da guerra. Segundo Lenine, o imperialismo nasce necessariamente de quatro factores: a concentração da produção em cartéis; a competição pela obtenção das matérias-primas; o desenvolvimento de oligarquias financeiras; a transformação das velhas políticas coloniais numa luta por esferas de interesses económicos, na qual as nações mais poderosas exploram as mais fracas. A isto Lenine acrescenta a ideia de que os proveitos dos monopólios capitalistas permitem corromper, pagando melhor, os trabalhadores respectivos, à custa da exploração dos países vítimas do imperialismo. Deste modo, este projecta na cena internacional a luta de classes, e é portanto a principal fonte das guerras internacionais. Como o planeta já estava todo dividido, as expansões posteriores de uns capitalistas só poderiam ocorrer à custa de outros capitalistas, deste modo provocando o imperialismo guerras internacionais. O pensamento ortodoxo leninista conduz inescapavelmente à conclusão de que a guerra é função do imperialismo capitalista, e que, se vier a ocorrer entre os sistemas capitalista e socialista, só pode ser como resultado da agressão capitalista. Dessa guerra resultaria o universal triunfo do socialismo, gerando um mundo

⁽¹³⁾ «L'attitude des Eglises Chrétiennes face au problème de l'armement nucléaire» por G. Caufriez, edição do «Centre d'études de défense», Bruxelas, pág. 45.

completamente socialista, onde a guerra desapareceria. Conforme Stalin declarou, «para acabar com a inevitabilidade das guerras, é necessário destruir o imperialismo» (14).

Lenine foi um leitor atento de Clausewitz. Adoptou a célebre fórmula daquele, mas introduziu-lhe uma alteração importante. De facto, para Clausewitz «a guerra é a continuação da política por outros meios», considerando a política praticada pelo Estado como representando toda a sociedade. Para Lenine, a política praticada pelo Estado não é a política da sociedade inteira, mas apenas a da classe dirigente, classe essa que projecta na guerra os seus interesses e a luta de classes do interior do Estado. Para os marxistas-leninistas, política interna e externa são dois aspectos da mesma realidade, e é a luta de classes, centro de gravidade da política interna, que comanda a política externa. Deste modo, Lenine considerava a guerra não apenas a continuação, mas a realização máxima da política (15). Ele sustentava que os socialistas não podiam ser pacifistas sem deixarem de ser socialistas, já que as transformações sociais fundamentais não podem ocorrer se não através de convulsões, crises, revoluções e guerras.

Aliás, uma diferença importante entre os pensamentos ocidental e marxista-leninista diz respeito ao conceito de guerra. Para os marxistas-leninistas, como para Clausewitz, a luta armada é a característica necessária da guerra, enquanto que, no Ocidente, muitos autores abrangem no conceito de guerra situações em que a luta armada pode não ocorrer.

Até Krushev, os marxista-leninistas consideravam a guerra entre os capitalistas e os socialistas como inevitável. Com Krushev começaram a aceitar a ideia de que essa guerra nuclear generalizada poderia muito bem destruir não apenas a sociedade capitalista mas também a comunista, e também a de que a guerra não seria inevitável, podendo o comunismo e o socialismo cumprir o seu destino histórico de triunfo mundial, esse, sim, inevitável, sem que a guerra chegasse a ocorrer.

Um elemento central no pensamento marxista-leninista sobre a guerra é o da sua classificação em guerras justas e injustas. Esta classificação, ao contrário da vigente no Primeiro Mundo, tem em conta apenas as entidades que combatem, desprezando as circunstâncias em que a guerra

(14) «Contending Theories of International Relations», James E. Dougherty/Robert L. Pfaltzgraff Jr., edição JB Lippincott Company., pág 181.

(15) «Contending Theories of International Relations», pág. 195.

se verifica. As guerras conduzidas por Unidades Políticas capitalistas são sempre injustas, e as conduzidas por Unidades Políticas socialistas sempre justas, sejam quais forem as circunstâncias. A partir dos anos cinquenta, as guerras conduzidas por Unidades Políticas colonizadas (isto é, sob dependência política ou económica de um Estado capitalista) passaram a ser incluídas na lista das guerras justas, quando contra os colonizadores. O mesmo maniqueísmo quanto às armas. Nas mãos dos imperialistas, os mísseis nucleares são terríveis armas de guerra. Nas mãos dos Estados socialistas são um escudo para a Paz. O mesmo quanto à Paz, que é também ela classificada em justa e injusta ⁽¹⁶⁾, segundo seja uma paz socialista, ou uma paz capitalista. Uma paz entre o socialismo e o capitalismo é uma paz imperfeita, porque o capitalismo, imperialista por definição, não renuncia à guerra, mesmo que a firme fazê-lo.

Em síntese, o pensamento marxista-leninista contrasta com o do Primeiro Mundo, desde logo, pelo seu monolitismo. É normativista e escatológico: visa uma Paz final, absoluta, que só virá, mas virá inevitavelmente, quando todo o Mundo for socialista. Mais ainda que o pensamento Ocidental, está ligado a Clausewitz e a estratégia aparece com frequência misturada com as considerações políticas, sociológicas, e económicas. Nos países do Segundo Mundo não existem teorias analíticas do fenómeno guerra em que os conflitos sejam estudados em si mesmo de forma sistemática e descomprometida, verdadeiramente científica, enfim. Ao contrário do pacifismo Ocidental, que é abstrato e actual — a Paz, toda a Paz, é um bem — o pacifismo marxista-leninista é concreto e dirigido — nem toda a Paz é boa, existem Pazes melhores que outras, e há que procurar obter a boa Paz, nem que seja à custa de uma guerra justa. O pensamento polemológico do Segundo Mundo é conservador e politicamente submetido. A sua ligação à opinião pública é imposta por uma comunicação social também ela inteiramente controlada pela direcção política. A influência da opinião pública sobre os governantes pode considerar-se nula, ou, quanto muito, desprezível.

No Terceiro Mundo, o comunismo chinês, tendo embora raízes comuns com o pensamento marxista-leninista do Segundo Mundo, como a ligação a Clausewitz e à teoria do imperialismo de Lênine, criou as suas próprias doutrinas e teorias, centradas na «guerra revolucionária», e manteve, pelo

⁽¹⁶⁾ Brigadeiro Loureiro dos Santos, «Incursões na Estratégia», págs. 175 e 176.

menos até à morte de Mao, a ideia da inevitabilidade da guerra entre os mundos capitalista e socialista. A guerra revolucionária, na terminologia marxista-leninista, é a guerra menor, ou popular, conduzida contra Estados capitalistas. Mao Tsé-Tung e Giap, os principais teorizadores deste tipo de Guerra na época contemporânea, consideram que ela deve ter três fases. Na primeira, as forças de guerrilha são inferiores às do adversário, e devem usar táticas adequadas a uma estratégia de usura; na segunda, a força revolucionária fortalecida começa a executar ataques em larga escala e assume o controlo de porções do território e de pequenas povoações; na terceira as forças revolucionárias organizam-se gradualmente em forças armadas regulares. O suporte dos camponeses é considerado essencial.

Uma diferença importante do pensamento marxista-leninista chinês relativamente ao soviético é a de que, enquanto neste se preconiza, como vimos, um determinado tipo de pacifismo, escatológico e orientado, naquele, até à morte de Mao Tsé-Tung, é frequente encontrarem-se referências explicitamente belicistas, considerando a guerra como a forma suprema de luta para resolver as contradições entre classes e Estados, para melhorar as qualidades dos povos, para permitir acelerar a marcha da história. Deve no entanto reconhecer-se que a China contemporânea tem revelado sinais de mudanças importantes de comportamento colectivo em todos os domínios, interno e internacional, político, social, e mesmo económico, cuja resultante geral vai no sentido do realismo e da moderação.

Resumindo, poder-se-á dizer que o pensamento chinês, pelo menos o conhecido até à morte de Mao Tsé-Tung, é tão monolítico como o soviético, e, até, mais rígido e mais conservador. As suas principais contribuições e originalidades residem na teorização das guerras populares. Tal como o soviético, é um pensamento normativista e escatológico, e, mais ainda que o soviético, está profundamente orientado no sentido do pensamento estratégico. Embora pouco se conheça acerca dos «mass media» e da opinião pública chinesa, a ideologia marxista-leninista em vigor deixa poucas dúvidas de que, tal como no Segundo Mundo, a política controla uns e outra. No entanto, os sinais de mudança verificados nos últimos anos, e que já referimos, parecem acompanhar um progressivo abrandamento da regidez ideológica, que provavelmente permitirá alguma abertura do pensamento. Se esta ocorrer, e à Comunicação Social for concedida alguma flexibilidade, então talvez possa surgir uma opinião pública que,

porém, terá sempre muito reduzido impacto ao nível dos órgãos dirigentes enquanto estes forem comunistas.

Também intimamente ligado à elaboração teórica sobre as guerras revolucionárias, e também no Terceiro Mundo, existe um pensamento original sobre a guerra e o conflito no continente americano. Che Guevara, ao contrário de Mao e de Giap, que postulavam a evolução das forças de guerrilha até exércitos regulares, acreditava que a força de guerrilha ela própria poderia apoderar-se do Poder. Ele acreditava também que um pequeno núcleo de guerrilheiros iniciando a luta acabaria por arrastar os camponeses ⁽¹⁷⁾.

Régis Debray, por sua vez, postulava o estabelecimento de uma série de focos de guerrilha. Por outro lado, acreditava que a mudança revolucionária aconteceria principalmente através dos esforços da guerrilha mais do que como resultado de um movimento de massas. Debray considerava a população como um perigo. A guerrilha deveria ser clandestina, móvel e independente da população ⁽¹⁸⁾.

O pensamento revolucionário da América aparece portanto como estratégico e centrado nas guerras populares. Nele, a política, e portanto a ideologia, aparece com um papel diminuído relativamente à importância que lhe é atribuída no pensamento leste-asiático. Até certo ponto, a Paz, como fim último a alcançar pelo triunfo da revolução, aparece substituída por preocupações dominantes sobre a distribuição da riqueza. Este pensamento tem sido um pensamento da clandestinidade, por isso demasiado centrado na violência. A sua relação com a opinião pública, e com a comunicação social, faz-se através dos descontentamentos e frustrações sociais.

Finalmente, parece-nos necessária uma ainda que muito breve referência à revivescência, no Islão, dos sentimentos religiosos. Movimentos radicalistas, sunitas e chiitas, têm procurado relançar a ideia da «Jihad», a guerra santa, adaptando-a às particularidades políticas do contexto em que se inserem. Sem darem lugar a produção teórica significativa, nem por isso deixam de obedecer a um particular pensamento sobre a guerra, em parte recuperado das suas raízes históricas, e, sem dúvida, constituem um importante vector nos conflitos, na violência, e na instabilidade de diversos países. Numa das guerras actuais, pelo menos, na guerra entre

⁽¹⁷⁾ «Contending Theories of International Relations», págs. 193 e 194.

⁽¹⁸⁾ Obra citada, *idem*.

o Irão e o Iraque, este pensamento escatológico, e fanatizador, parece desempenhar um papel importante. Em termos genéricos, configura-se como um pensamento reaccionário, e, tal como os marxistas-leninistas, não aceita contradição. A ligação à opinião pública é feita utilizando a religiosidade das populações, e, nos países onde está no poder, através do controlo da comunicação social. De qualquer modo, nos países islâmicos a opinião pública influi pouco nos órgãos governantes, muito mais sensíveis a diversos grupos de pressão organizada.

5. CONCLUSÕES

Após esta rápida revisão de alguns dos factores e aspectos que nos parecem mais relevantes para a caracterização da época actual em termos polemológicos, poderemos, apesar das inevitáveis lacunas, e da discutibilidade das afirmações produzidas, apresentar algumas conclusões.

A dissuasão nuclear tem garantido uma certa espécie de Paz, designada por uns guerra fria, por outros Paz de terror, por outros ainda Paz/Guerra, mas que é, na realidade, um fenómeno *localizado*. Fora dessas regiões, angustiadas e inseguras, abrangidas por essa Paz de terror, por todo o lado, agora como sempre, se tem verificado o drama sangrento da guerra.

No Mundo de hoje, sistema internacional único em permanente comunicação, coexistem duas formas de guerra profundamente diferentes. Guerras limitadas, como na Idade Média e nos séc. XVII/XVIII as guerras de cavalaria e de gabinete, e guerras populares, ideológicas, como as religiosas do passado, em que as paixões se desencadeiam sem freios. A ligar essas duas formas de guerra, o denominador comum da ameaça nuclear, improvável mas sempre possível.

No campo do pensamento, o Primeiro Mundo apresenta uma importante originalidade: o pensamento analítico, científico, descomprometido, sobre os conflitos e a guerra. Fora das sociedades demo-liberais, o pensamento sobre a guerra e os conflitos é sempre normativista, segundo vectores predominantemente político-ideológicos e, ou, estratégicos.

A convicção de que a guerra não deve ser utilizada como instrumento da Política excepto na defesa própria ou de outro Estado efectivamente agredido, convicção essa assumida realmente por grandes parcelas da opinião e evidenciada em todas ou quase todas as manifestações do pen-

samento e da prática política, é por enquanto um fenómeno restringido ao Primeiro Mundo. Nem o Segundo Mundo, onde a ideologia concebe a agressão ao mundo capitalista, mal absoluto, como um acto legítimo de defesa, eventualmente necessário ao triunfo do bem supremo que é o comunismo, nem o Terceiro, onde a pobreza e a permanência de determinados valores culturais mantêm a validade histórica da guerra como forma de afirmação ou de hegemonia nacionalista, de aquisição de recursos, de rectificação de fronteiras, comungam inteiramente dessa convicção, mesmo quando, por força da crescente expansão da ideia da negação da guerra, a ela aderem de forma sofismada.

O Pacifismo, tal como se conhece no Primeiro Mundo, só neste encontra ambiente favorável para subsistir, e, por isso, por só nele exercer os seus efeitos, vulnerabiliza-o perigosamente, sapando a vontade de Defesa, e diminuindo a credibilidade desta, ambas, vontade e credibilidade, essenciais à dissuasão. O desequilíbrio na dissuasão pode abrir caminho à mais horrível de todas as calamidades, a terceira guerra mundial.

Os nacionalismos parecem manter uma força inesperada neste final do século onde se têm verificado tantas evoluções que apontam no sentido da atenuação ou da alteração do conceito de soberania. De momento, são eles ainda os motivadores mais poderosos e mais frequentes dos grandes conflitos. Simultaneamente, as ideologias político-sociais parecem tender a atenuar um pouco a sua virulência. Forças geradoras de violência, como o fanatismo religioso e o racismo, inflamam-se aqui e além, vindas das profundezas da História. Enormes desigualdades socioeconómicas, que o acesso à informação torna mais difíceis de suportar, e que a explosão demográfica agrava enormemente, atizam em quase todo o Terceiro Mundo conflitos e guerras internas que as estratégias hegemónicas utilizam, mas que, apesar de tudo, poucas vezes são as motivações predominantes dos grandes conflitos internos, e quase nunca, das guerras internacionais, embora aliamentem um permanente estado de elevada agressividade social e múltiplos focos menores de violência dispersa.

Todas essas motivações estão profundamente enraizadas na natureza humana, e são, ou correspondem, a sentimentos complexos com facetas necessárias e desejáveis. Os nacionalismos, com as suas manifestações excessivas, os orgulhos patrióticos, as vontades de hegemonia, os desejos de glória nacional, e os racismos, inflamações de um etnocentrismo primitivo,

estão ligados à necessidade social da identidade do grupo e da identificação do indivíduo com o grupo. Esse sentimento de identificação existe em todos os animais sociais; sem ele os grupos não existiriam. Por outro lado, os sentimentos de solidariedade que uma identidade forte de grupo desperta parecem ser indispensáveis para preservar a estabilidade interna do grupo. Muitos sociólogos e antropólogos têm feito notar que uma maior coesão dos grupos faz diminuir a agressividade e a violência internas e aumentar as externas, e vice-versa. Por outro lado ainda, a identidade dos grupos está ligada às suas originalidades culturais, e a variedade das culturas é não só uma riqueza mas uma necessidade que a humanidade não pode nem deve dispensar.

Quanto às religiões, elas preenchem uma necessidade do espírito humano, cuja evidência parece difícil negar. Podemos discutir a sua verdadeira natureza, podemos discutir o seu papel social, não parece possível pôr em causa a universalidade do fenómeno, nem a sua permanência. Exceptuando raros casos, em termos colectivos, o vazio que o enfraquecimento de uma religião deixa tende a ser preenchido por uma ideologia sócio-política, que vem fornecer um sucedâneo quer no campo das utopias quer no campo dos comportamentos sociais. Um significado para o destino do homem, uma orientação ética para os seus comportamentos, são elementos, que os povos têm ido buscar às religiões, bem necessárias e desejáveis para o equilíbrio e para a felicidade das sociedades humanas, se não mesmo para a sua existência.

As desigualdades socioeconómicas muito provavelmente serão consequências inevitáveis da organização e funcionamento de qualquer tipo de sociedade em que existam bens escassos. Os homens são desiguais nas suas aptidões, desiguais na sua utilidade, desiguais na sua dedicação ao trabalho, desiguais na sua capacidade de conformação social. Seria desejável que todos tivessem o mesmo quinhão dos bens disponíveis? Seria possível manter o dinamismo económico numa sociedade em que se eliminasse a competição? As experiências tentadas nas sociedades comunistas, apesar da violência que largamente utilizam, não conseguiram eliminar as classes sociais, apenas conseguiram substituí-las e mascará-las. Nem conseguiram eliminar as desigualdades socioeconómicas.

Estaremos então condenados a transportar connosco para todo o sempre estas sementes da violência colectiva? Não haverá solução nunca para

o problema da guerra? Para estas perguntas não são possíveis senão respostas opinativas. Elas têm sido dadas pelas religiões, pelas ideologias, pelas utopias. Pertencem a uma visão do futuro, que, ou projecta a experiência histórica conhecida, e então têm de afirmar a permanência da guerra, ou inventa uma experiência social nova, que não existe senão no espírito dos seus profetas. No entanto, alguns sinais presentes na época contemporânea podem indicar uma evolução que pode, eventualmente, alterar o panorama polemológico actual, e por isso entendemos que, sem pretender fazer qualquer espécie de futurologia, deveremos mencioná-los, bem como o sentido possível desses sinais.

Em primeiro lugar, o estudo científico dos problemas do conflito e da guerra poderá esclarecer-nos melhor sobre os verdadeiros fundamentos da violência colectiva, as suas verdadeiras causas, as motivações. Obtidos e demonstrados de forma irrefutável, esses conhecimentos virão dar uma força muito maior ao sentimento já generalizado no Primeiro Mundo sobre a não legitimidade da guerra, excepto como meio de legítima defesa social.

Depois, os sentimentos nacionalistas não são necessariamente sempre agressivos. A história mostra-nos que, pelo menos desde as primeiras civilizações conhecidas, grupos humanos politicamente organizados de identidades diferentes puderam conviver sem que as suas relações fossem sempre belicosas. Parece, e aqui o estudo científico da guerra e do conflito pode trazer esclarecimentos importantes, que o que inflama os nacionalismos é a sensação de ameaça, o receio de que os valores, que se prezam, possam ser eliminados pelo outro grupo. Um Mundo em que essa sensação de ameaça aos valores morais e culturais, os que parecem ser mais sensíveis, seja afastada, está justamente formando-se sob os nossos olhos. O respeito pelas culturas de todos os povos é hoje uma afirmação constante, e isso é um facto novo e muito importante. Também os valores materiais estão sendo, pelo menos ao nível das intenções expressas, objecto de um maior respeito internacional do que há apenas poucos decénios. Quanto aos racismos, a sua condenação universal e a progressiva difusão do mútuo conhecimento entre as diversas comunidades tenderão a atenuá-los, tornando-os menos virulentos. As próprias tendências que se esboçam para a formação de entidades políticas supranacionais só poderão reforçar estas tendências pacificadoras, reconvertendo os nacionalismos sem os eliminar, podendo mesmo reforçar os seus aspectos valiosos. No mesmo sentido

podem evoluir as ideias crescentemente aceites sobre o direito dos povos à autodeterminação, na medida em que as autodeterminações possam ir sendo obtidas, encontrando os povos os seus lugares próprios no concerto dos Estados.

As religiões, tão duramente postas em causa pelo materialismo da civilização tecnológica, parecem recuperar-se, e se no Terceiro Mundo a sua revivescência parece mais ligada a reacções nacionalistas de rejeição de formas culturais que os povos dessas regiões sentem como ameaças á sua própria cultura, e no Segundo Mundo, de forma até certo ponto semelhante, serão também uma reacção à ideologia desumana, no Primeiro Mundo o fenómeno parece ser diferente, desligado do nacionalismo, mas também ele uma reacção contra os excessos do materialismo e a favor de um melhor equilíbrio entre o homem, a sociedade, e a Natureza, através da valorização da sua vida interior. Será natural que, uma vez desaparecidas as razões que suportam a sensação de ameaça cultural e de opressão ideológica, as religiões também no Terceiro e no Segundo Mundo possam vir a concentrar-se no seu papel de integração social.

Enfim, se as desigualdades socioeconómicas não são elimináveis, poderão e deverão ser minimizadas de forma a que todos tenham o mínimo para uma vida decente, e que os muito ricos não agridam os mais pobres com o escândalo de uma riqueza excessiva. A liberdade dos órgãos de comunicação social relativamente ao poder político, a facilidade de acesso aos órgãos de poder político através da rotatividade e da abertura dos partidos, tudo contribuindo para uma maior influência da opinião pública, soluções encontradas e lentamente aperfeiçoadas no Primeiro Mundo, poderão contribuir para lenta e progressivamente minorarem tensões, diminuindo injustiças, à medida que possam ser adoptadas em outras regiões. Por outro lado, as tensões demográficas, bem como as degradações ecológicas, um pouco por toda a parte, estão a ser combatidas e gradualmente deverão ser reduzidas. Estas evoluções iniciaram-se já. Chegarão ao fim? Ninguém o sabe. Pode-se afirmar que serão lentas, apesar de na época contemporânea as mudanças sociais se terem acelerado. Será necessário tempo, talvez muito tempo. Até lá a humanidade tem que evitar a terceira guerra mundial, e, nesse sentido, a dissuasão nuclear por um lado, as políticas de defesa nacional por outro, são garantes indispensáveis de uma Paz que pode ser do terror, mas é preciosa, e não pode ser garantida de outra forma.

ANEXO A
AS FRENTES DE AGRESSIVIDADE DE 1944 A 1974
(71 Maiores Conflitos Armados)

<i>Frentes</i>	<i>% dos casos</i>	<i>Alguns exemplos de conflitos ligados a essas frentes</i>
1. Frente Norte-africana (F1)	6	Guerra civil no Sudão (1965-1972) Guerra da Nigéria-Biafra (1967-1970) Perturbações na Etiópia (Eritreia) (1969-) Perturbações no Tchad (1970-)
2. Frente Sul-africana (F2)	4	Revolta em Madagascar (1947-1948) Guerra da Libertação de Angola (1961-1975) Guerra da Libertação de Moçambique (1965-1975)
3. Frente Norte-americana (F3)	6	Revolução castrista em Cuba (1956-1959) Expedição à «baía dos Porcos» (1961) Perturbações raciais nos EUA (1953-1971) Perturbações na República Dominicana (1965-1966)
4. Frente Sul-americana (F4)	1	Incursões de forças de El Salvador nas Honduras (1969) Golpe de Estado no Chile (1973)
5. Frente chinesa (F5)	7	Ocupação chinesa do Tchad (1950-1961) Guerra sino-indiana (1962) Violentos choques no «Oussouri» (1969) Primeira guerra da independência da Indonésia (1945-1946)
6. Frente Este-asiática (F6)	12	Guerra da Indochina (1946-1954) Guerra da Malásia (1948-1957) Guerra da Coreia (1950 a 1953) Massacres na Indonésia (1965)
7. Frente Afro-asiática (F7)	26	Perturbações na Síria e no Líbano (1945) Perturbações em Constantinopla (1945) Guerras indo-paquistanesas (1947-1949-1965-1966-1971) Guerras árabes-israelitas (1948-1949-1956-1967-1973 ...) Guerra da Argélia (1954-1962) Guerras de Chipre (1955-1959-1963-1974 ...) Guerra do Curdistão (1961-1970-1974)
8. Frente Este-europeia (F8)	7	Guerra civil na Grécia (1944 a 1949) Bloqueio de Berlim (1948-1949) Levantamento de Budapeste (1956) Perturbações na Checoslováquia (1968)
9. Frente Norte-irlandesa (F9)	8	Perturbações na Irlanda do Norte (1966 ...)
10. Outras frentes (secundárias e em geral internas)	30	Conflito soviético-iraniano (1945-1947) Perturbações no Egito (1952) Perturbações no Congo Kinshasa (1960-1966)

Dados extraídos do livro «O Desafio da Guerra», de Gaston Bouthoule.

ANEXO B
1945 — 1985

	<i>Motivações e Finalidades Predominantes</i>	<i>Tipos de Guerra Predominantes</i>	<i>Hegemonias ou Tentativas Hegemónicas</i>
Bloco Africano 22 «Maiores conflitos armados»	Rivalidades Étnicas Afirmção ou Gesta- ção de Nacionalis- mos Independências; Poder Político	Menores Libertação Internas	Europa Ocid. EUA (URSS)
Bloco Latino-Americano 9 «Maiores conflitos armados»	Problemas Socioeconó- micos Rejeição Hegemonia EUA (Ideologias) Conquista do Poder Político	Menores Internas Revolucionárias	EUA (URSS)
Bloco Sino-Este Asiático 17 «Maiores conflitos armados»	Confrontos Ideológicos Afirmções Naciona- listas Territórios, Indepen- dências Poder Político	Internacionais Convencionais Menores Libertação Internas	China URSS EUA (Japão) (Vietname)
Subcontinente Indiano 6 «Maiores conflitos armados»	Religiosas Étnicas (Nacionalismos) Territórios, Indepen- dências Hegemonias	Internacionais Convencionais	URSS União Indiana (EUA)
Faixa Afro-Asiática 21 «Maiores conflitos armados»	Religiosas, Étnicas (Nacionalismos) Independências Territórios	Internacionais Convencionais Menores Internas	EUA URSS Europa Ocid.
Europa 5 «Crises e conflitos graves»	Ideologias Nacionalismos	Crises e Conflitos	URSS EUA Europa Ocid.

Os «maiores conflitos armados» são os que constam no livro de Gaston Bouthoule, «O Desafio da Guerra», referentes a este período, acrescentados dos que ocorreram depois de 1975. As motivações e tipos de guerra predominantes, bem como as tentativas hegemónicas, são hipóteses avançadas pelo autor deste artigo. A ordem do respectivo enunciado corresponde à frequência encontrada na sua manifestação, ou à importância relativa atribuída. A colocação dos parênteses corresponde: nas motivações, ao relacionamento directo com as enunciadas anteriormente; nas hegemonias, ou a formas limitadas, ou a formas de afirmação pela negativa, isto é, para impedir a hegemonia adversária.

IDN, Novembro de 1985.

Raul François R. C. Martins
Brigadeiro Pára-quedista